Sujeito e Liberdade
na Filosofia Moderna Alemã

Projeto PROCAD PUCRS - UFC
“Sujeito e Liberdade na Filosofia Moderna Alemã”
CAPES - Brasil

Konrad Utz,
Agemir Bavaresco e
Paulo Roberto Konzen
(Organizadores)

Evangraf
Porto Alegre
2012

CAPA Rodrigo Valls – Paulo Roberto Konzen
REVISÃO DE TEXTO Autores
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Paulo Roberto Konzen

Editora Evangraf
Rua Waldomiro Schapke 77 - Partenon
91530-390 - Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3336.2466
Site: www.evangraf.com.br E-mail: evangraf@terra.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S948
Sujeito e Liberdade na Filosofia Moderna Alemã [recurso eletrônico] /
Org. Konrad Utz, Agemir Bavaresco, Paulo Roberto Konzen. –
Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Evangraf, 2012.
454 p.

Publicação faz parte do Projeto PROCAD PUCRS-UFC "Sujeito e Liberdade na Filosofia Moderna Alemã".
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de Acesso: http://www.filosofia-alema.net/ ou
http://www.abavaresco.com.br/bibliografia/livros

ISBN 978-85-7727-451-2 (on-line)

1. Filosofia Alemã. 2. Filosofia Moderna. 3. Idealismo Alemão.
4. Filósofos Alemães – Crítica e Interpretação. 5. Sujeito (Filosofia).
6. Liberdade (Filosofia). I. Utz, Konrad. II. Bavaresco, Agemir.
III. Konzen, Paulo Roberto.

CDD 193

A QUESTÃO DO COMEÇO EM FICHTE E SCHELLING: UMA ANÁLISE DA INTUIÇÃO INTELECTUAL

Marcos Fábio A. Nicolau[1]

Resumo: A tarefa irrecusável à filosofia é a de buscar a união entre ser e pensar em um sistema que seja capaz de se autofundar e justificar, doando bases sólidas não somente a si, mas a toda e qualquer ciência, o que o faz ser considerado como uma verdadeira doutrina da ciência, capaz de estabelecer os pressupostos básicos a todo e qualquer saber que se queira dizer válido. O Idealismo Alemão, a partir das contribuições de Fichte e Schelling, buscara efetivar tal meta tão somente em bases de uma intuição intelectual, fruto da própria natureza de começo que traz imanente a si o elemento da contradição, da negação determinada, capaz de promover o autodesenvolvimento de um saber dito absoluto.

Introdução

Umas das principais, senão a principal, pretensão da filosofia é a de ser a ciência do princípio primeiro-último, isto é, do princípio que é comum a tudo. Tal questão é basilar à própria filosofia, e é assim encarada pelos filósofos do Idealismo Alemão, que buscam dar-lhe solução em seus sistemas.

> O que caracteriza de modo especial o que se chamou de Idealismo Alemão é seu esforço para articular a Filosofia como metafísica, ou seja, saber sistemático da totalidade do ser, portanto, como um saber que supera toda forma de dualismo e tematiza a pretensão de apresentar uma compreensão racional do universo em sua unidade última, o que torna possível exprimir conceitualmente as estruturas fundamentais da realidade.[2]

Em tal busca, os idealistas alemães proporão um projeto que somente poderia ser almejado a partir de uma articulação crítica da proposta metafísica de apreender o princípio absoluto e irrenunciável. Seus esforços serão no sentido de elaborar uma argumentação filosófica livre de qualquer vínculo

---

[1] Autor convidado, por ter sido candidato a bolsista. E-mail: marcosmcj@yahoo.com.br Professor Assistente do Curso de Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral, Ceará, Brasil. Doutorando em Educação FACED/UFC. Mestre em Filosofia ICA/UFC. Membro do Grupo de Pesquisas em Filosofia da Religião – GEphiR/CNPq.

[2] OLIVEIRA, M. A. de. “A retomada da metafísica no idealismo alemão”. Prefácio a IBER, C. STOLZENBERG, J.; FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 10.

com instâncias não filosóficas, ou seja, a filosofia deve ser autônoma, autofundante. Por isso, os idealistas alemães arquitetarão o programa de uma nova filosofia, surgida assim da exigência de realizar o sistema filosófico a partir de um princípio fundamental tido como certo e indubitável. Ora, para tal, será exigida da filosofia a realização da tarefa de chegar ao começo, ou seja, ao princípio não-condicionado, que a fundamente partindo não de hipóteses fora dela, mas que seja capaz de fundamentar a si mesma a partir dela mesma. Entenda-se tal pretensão como a exigência de uma *autofundamentação reflexiva*: o princípio buscado pelos idealistas deveria fundamentar a si mesmo, porque seria o princípio do qual não se poderia abstrair sem ao mesmo tempo o pressupor, ou seja, sem cair em contradição performativa, como bem já o havia expresso Aristóteles quanto ao princípio de não-contradição: qualquer tentativa de demonstração do mesmo levaria direto a contradição. Quanto ao erro de quem busca demonstração desse princípio, diz Aristóteles:

> Há quem afirme a possibilidade de a mesma coisa ser e não-ser ao mesmo tempo, e que se possa pensar tal coisa. Mas nós estabelecemos que é impossível que uma coisa seja e não seja simultaneamente, mostrando assim que este é o mais indiscutível de todos os princípios [lógicos]. Alguns, na verdade, exigem que este princípio seja demonstrado, mas isso provém de sua ignorância, pois não saber de que coisas se deve requerer uma prova e de quais não se deve, revela falta de instrução.[3]

A filosofia teria assim a tarefa de explicitar tal fundamento absoluto a partir do próprio tematizar de seu fundamento. Logo, é próprio da filosofia, como bem pretende Fichte, ser uma "doutrina da ciência".

Esse projeto de Fichte, que desenvolve a filosofia a partir de um princípio absoluto, é compartilhado por Schelling, que assumira em seu sistema a ideia da filosofia como ciência suprema dos princípios. E se encontramos diferenças entre seus sistemas, não dizem respeito à tarefa básica da filosofia, mas quanto à forma como essa tarefa deveria ser realizada.

Para ambos os filósofos, essa busca pelo primeiro-último incide em uma busca por sua fundamentação, por sua demonstração, ou seja, não cabe a filosofia tão-somente a proposição de um começo, mas apresentar sua autofundamentação como começo. Porém, se levantou desde Kant – que em sua revolução copernicana, baseada nas ideias de Hume[4], fez uma ferrenha

---

[3] ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 93.

[4] Pois em seu *Tratado da Natureza Humana*, Hume questiona: "Primeiro, por que razão declaramos *necessário* que algo cuja existência tenha se iniciado deveria ter uma causa? Segundo, por que concluímos que uma causa particular deve *necessariamente* ter tais efeitos e

crítica à tradição metafísica – a necessidade de justificar tais princípios: pois, afinal, quem determinou estes princípios a tal ponto de serem tidos como começo? Não seriam estes meras obras da subjetividade? Nas palavras do próprio Kant:

> Com efeito, a própria experiência é uma forma de conhecimento que exige concurso do entendimento, cuja regra devo pressupor em mim antes de me serem dados os objetos, por consequência, *a priori*, e essa regra é expressa em conceitos *a priori*, pelos quais têm de se regular necessariamente todos os objetos da experiência e com os quais devem concordar. No tocante aos objetos, na medida em que são simplesmente pensados pela razão – e necessariamente – mas sem poderem (pelo menos tais como a razão os pensa) ser dados na experiência, todas as tentativas para os pensar (pois têm que poder ser pensados) serão, consequentemente, uma magnífica pedra de toque daquilo que consideramos ser a mudança de método na maneira de pensar, a saber, que só conhecemos *a priori* das coisas o que nós mesmos nelas pomos.[5]

Fichte e Schelling tinham a consciência clara de que com essa questão é o próprio direito à existência do seu modo de filosofar que está em jogo, ou seja: com a resposta a esta questão cai ou se mantém a figura da filosofia que afirmavam como necessária, adequada e verdadeira; o princípio deveria, então, determinar já tudo aquilo que dele se segue, sob o risco de, se o princípio de uma filosofia for mal escolhido, esse sistema estar fadado ao descrédito e ser declarado impossível e absurdo. Por isso,

> este esclarecimento do sistema traz consigo a exigência de uma reforma do método. Contra o procedimento tipicamente utilizado por Kant, ou seja, contra o método regressivo, surge a exigência de realizar um sistema filosófico progressivamente através da dedução de proposições (ou, simplesmente, construção de conceitos), a partir de um princípio fundamental tido como certo e indubitável. Este projeto será seguido à risca por Fichte e Schelling, e, no que diz respeito à pretensão de cientificidade do filosofar (concebida aqui como realização da Filosofia a partir de um método seguro) também por Hegel. Era preciso concentrar-se em um único elemento, não dispersar na pluralidade de

qual a natureza dessa *inferência* que fazemos de umas para às outras e da *crença* em que se baseia?", tais questões influenciaram fortemente Kant (HUME, D. *A Treatise of Human Nature – Being an attempt to introduce the experimental method of reasoning into moral subjects*. Edinburgh: Adam Black and William Tait and Charles Tait, 1825, p. 109).

[5] KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: FCG, 2001, p. 46-47.

> princípios, e, a partir dessa base sólida, construir o edifício da ciência.[6]

A intuição intelectual como começo do filosofar em Fichte e Schelling

A partir de Kant, a filosofia se constituiu como uma verdadeira crítica da razão, ou seja, uma busca pela validade dos procedimentos dessa razão, desenvolvida por meio de uma crítica radical da razão sobre si mesma. Tal filosofia crítica levou Fichte a ver a necessidade de um conhecimento transcendental, que devia fundamentar a si mesmo, de forma que, em hipótese alguma, poderíamos dele abstrair sem sua imediata pressuposição. Por isso, a proposta fichteana é a de formular uma *Doutrina da Ciência*, um tratado sobre as leis imutáveis de todo saber, implícitas na própria razão, que não se restringiria ao mero levantamento de um princípio, mas no pensar mesmo da realidade em suas estruturas a partir desse princípio, pois segundo o filósofo:

> Temos de procurar o princípio absolutamente primeiro, pura e simplesmente incondicionado, de todo saber humano. Esse princípio, se deve ser absolutamente primeiro, não se deixa provar nem determinar.[7]

Tal princípio é o fundamento de todo o saber, sendo ele mesmo o puro pensar, descrito por Fichte como um produzir, pois o puro pensar procede inteiramente imanente, a partir de si. Trata-se de reconduzir o diverso à unidade e, inversamente, compreender todo o diverso a partir dessa unidade. A *Doutrina da Ciência* compreende unidade e diversidade, fundamento e fundado, princípio e principiado, reciprocamente, na sua relação necessária, sendo o princípio da filosofia, isto é, o seu verdadeiro ponto de partida, o absoluto. Ele é unidade e verdade. Na consideração do absoluto, frisa Fichte, não está em questão "como se denomina esse ser, mas como se apreende e mantém interiormente. Denomine-se, ainda assim, [esse ser como] eu".[8] Basicamente, na filosofia de Fichte, se tomou como fundamento o Eu Absoluto, pois através de seu procedimento reflexivo, o filósofo intuiu o Eu como àquilo a que não se pode mais abstrair, e que, logo, se autopõe como princípio último de todo saber. Pois, o Eu não se pode pensar a si mesmo fora da identidade que é e que se sabe a si mesma e da realidade que é e se põe a si

---

[6] LUFT, E. "Problemas de método na filosofia de Fichte". In: *Revista Veritas*, Porto Alegre, vol. 47 (2002), p. 226.

[7] FICHTE, J. G. *A Doutrina da Ciência de 1794 e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 43.

[8] FICHTE, J. G. *Doutrina da Ciência de 1804*, apud ASMUTH, C. "Começo e Forma da Filosofia – Reflexões sobre Fichte, Schelling e Hegel". In: *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, n. 13 (1998), p. 58.

mesma[9], sendo ele o necessário e inevitável pressuposto que está implícito em todo pensamento.[10] O absoluto é o Eu – unidade absoluta –, e é o Eu que se refere a si próprio – dualidade absoluta, Eu como sujeito e Eu como objeto, em ambos os casos, porém, Eu.

Assim, segundo Fichte, partindo do Eu absoluto como princípio primeiro-último, está a filosofia justificada como ciência suprema dos princípios, ou como ciência primeira, pois ao se autofundamentar acaba por dar o suporte necessário à fundamentação dos axiomas das demais ciências: "Nenhuma filosofia ultrapassa esse conhecimento; mas toda filosofia bem fundada deve remontar até ele e, desde que o faça, torna-se doutrina da ciência"[11].

Porém, Fichte toma o Eu Absoluto como uma intuição intelectual:

> Portanto – a inteligência intui a si mesma, meramente como inteligência, ou como inteligência pura, e essa autointuição consiste seu ser. Logo, caso possa eventualmente haver, ainda, outro modo de intuição, essa intuição será denominada, como razão, *intuição intelectual*.[12]

Ainda que tal assumir, por parte de Fichte, de uma intuição intelectual, não ocorra sem críticas e dificuldades, reconhecidas posteriormente até por ele mesmo, a intuição intelectual surge como a condição incondicionada de toda consciência, pois é co-presente e imediata a todo e qualquer pensamento. Com ela, Fichte cumpre a exigência da superação da dicotomia herdada da filosofia crítica de Kant, como bem nos atesta Janke citando o próprio Fichte:

> A meditação de Fichte pondera o seguinte: Como o Eu está ativo na apresentação, se assim fosse contemplado, tal contemplação seria intelectual (GA II, 3, 144). O pós-escrito Lavater, de 1794, já afirmava com segurança: Ainda se comprovará que o Eu, originariamente, também é uma contemplação, não sendo sensória, mas sim intelectual (Preleção de Zurique sobre o conceito de doutrina científica, publicada por E. Fuchs, Neuried, 1996, 125). A Nova Apresentação (1797/98)

---

[9] Nas palavras de Fichte: "o eu põe a si mesmo pura e simplesmente *porque* é. Ele se *põe* por seu mero ser e *é* por seu mero estar posto" (FICHTE, J. G. *A Doutrina da Ciência de 1794 e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 46).

[10] O princípio do Eu Absoluto é exposto de forma clara por Iber, em um artigo sobre o conceito de Eu em Fichte: Cf. IBER, C. "O conceito de Eu em Fichte segundo os §§ 1-3 do *Fundamento de toda Doutrina da Ciência* de 1974/95". In: IBER, C. STOLZENBERG, J., FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 21-45.

[11] FICHTE, J. G. *A Doutrina da Ciência de 1794 e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 55.

[12] FICHTE, J. G. *O Princípio da Doutrina da Ciência*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 45.

> distingue clara e definidamente: A contemplação intelectual da qual fala a doutrina científica não se refere a um ser, mas sim a um agir (GA I, 4. 225).[13]

Já que o fundamento último de todo conhecimento deve ser explicado por uma doutrina da ciência, deve ter por base uma instância pré-reflexiva de certeza imediata que sustente a veracidade de todo e qualquer procedimento lógico inerente ao sistema. Assim, a intuição intelectual, em Fichte, representa este ponto limite da fundamentação do saber, limite interno à própria razão porque é pressuposto por ela.

Portanto, o Eu intui a si mesmo em sua autoconsciência, e por isso deve ser considerado, segundo Fichte, o princípio primeiro-último buscado, pois tem sua certeza fundada tão somente em si, ou melhor, em uma intuição intelectual, da qual segue todo o desenvolvimento do sistema da ciência, sendo que tal sistema tem suas proposições como certas enquanto o princípio é ele mesmo intuitivamente certo.

Schelling assumirá, em seu sistema, a ideia de uma intuição intelectual como uma solução aceitável ao problema do começo, pois nela o absoluto e o conhecimento do absoluto coincidiriam e possibilitariam a construção do edifício das ciências. Veremos que Schelling assume a intuição intelectual como sendo esse ato primeiro que permite o acesso ao absoluto de modo imediato e não sujeito à dúvida, através do qual podemos reconhecer sem mais que a estrutura lógica do pensamento e a estrutura ontológica que constitui as coisas são uma e a mesma, em que ser e pensamento são conhecidos como idênticos.

A proposta de Schelling ao começo da filosofia considera, segundo Vieira[14], três elementos básicos em seu processo: (1) a dialética, tida como uma verdadeira lógica da verdade, pois por meio dela o incondicionado é apresentado como pressuposto necessário do condicionado, incondicionado esse que é desvelado por uma (2) intuição intelectual, que trata de uma experiência imediata do absolutamente imediato, ou seja, ela é uma autocontemplação intelectual, o conhecimento de uma razão finita acerca de si mesma enquanto sendo originariamente uma pura e absoluta espontaneidade de pôr a si mesma, excludente de toda relação com a alteridade, de onde provém a questão da (3) liberdade, pois o começo do sistema do saber é fundado pelo princípio de liberdade incondicionada, já que o exercício da intuição intelectual está estreitamente vinculado ao nível de consciência da liberdade alcançado e realizado por cada ser humano. Processo

---

[13] JANKE, W. "Johann Gottlieb Fichte – A determinação do ser humano de acordo com os princípios da ciência racional". In: FLEISCHER, M., HENNIGFELD, J. (Orgs.). *Filósofos do Século XIX – Uma introdução*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 52.

[14] Cf. VIEIRA, L. "Liberdade, dialética e intuição intelectual". In: BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (Org.). *Filosofia e método*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 29-37.

esse que marca um verdadeiro retrocesso transcendental as condições do possível, buscando chegar ao ser original, ao absoluto.

Para tal, Schelling primeiramente reconhece em Fichte uma possível solução a esse problema, próprio da reflexão filosófica, a saber, o da impossibilidade de fundamentar uma ciência sem um primeiro princípio, que deve ser incondicionado de maneira tal que todas as demais proposições da ciência dele devem derivar. Assim, reconhece inicialmente o Eu de Fichte como sendo esse primeiro princípio, o que faz emergir a profunda influência que a filosofia fichteana exercia em Schelling, como bem afirma Frank:

> Afirmamos que ele [Schelling] se sentia, neste meio tempo [1794-1801], fortemente submetido a influência de Fichte e que, todavia, a sua ideia filosófica fundamental lutava contra a camisa-de-força terminológica e intelectual da Doutrina da Ciência.[15]

Porém, embora reconheça que a tarefa da filosofia, que é conhecer o absoluto, é possível mediante uma intuição intelectual, Schelling passou a insistir na ideia de que a natureza é tão real quanto o Eu, marcando assim seu rompimento com Fichte. A verdade é que Schelling não tardou em questionar o Eu como princípio da Filosofia, o que teve por consequência, em meados de 1800, sua renuncia à redução de tudo ao Eu, descrita na passagem:

> A filosofia de Fichte, que foi a primeira a fazer valer outra vez a forma universal da sujeito-objetividade como o uno e o todo da filosofia, pareceu, quanto mais se desenvolvia, tanto mais limitar essa própria identidade, outra vez, como uma particularidade, à consciência subjetiva, mas absolutamente e em si tomá-la como objeto de sua *tarefa* infinita, de uma exigência absoluta, e, dessa maneira, depois da extração de toda substância da especulação, deixá-la para trás como um resíduo vazio e, em contrapartida, como a doutrina kantiana, ligar a absolutez, pelo agir e pela crença, novamente a mais profunda subjetividade.[16]

Em sua *Exposição do meu Sistema*, publicada em 1801, expõe uma solução totalmente diferente para a questão do começo. Schelling começa aqui com um esclarecimento, denomina “a razão [como] razão absoluta, ou a razão, na medida em que é pensada como a indiferença total do subjetivo e do

---

[15] FRANK, M. “Da Doutrina da Ciência ao Sistema Transcendental”. In: IBER, C. STOLZENBERG, J., FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 75.

[16] SCHELLING, F. J. W. *Exposição da ideia universal da filosofia em geral e da filosofia-da-natureza como parte integrante da primeira*. In: FICHTE, J. G.; SCHELLING, F. J. W. *Escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 223.

objetivo"[17]. Para Schelling, o subjetivo corresponderia ao Eu e o objetivo à Natureza, mas no saber ambos estariam unidos, o que gera uma necessidade de explicação dessa identidade. Isso, metodologicamente falando, nos abre duas possibilidades, dando lugar a dois tipos de filosofias: a primeira é a de colocar o objetivo como ponto de partida, para, a partir dele, explicarmos como coincide com o subjetivo – se optássemos por essa possibilidade delinearíamos uma filosofia da natureza; na segunda possibilidade, colocaríamos o subjetivo, o Eu, em primeiro lugar e explicaríamos a partir daí sua identidade com o objetivo, ou seja, a natureza – dessa forma, delinearíamos a tarefa de uma filosofia transcendental.[18] Porém, o sistema schellinguiano só é tal por considerar o caráter dialético desses dois tipos de filosofia fundidos por uma identidade absoluta, pois

> a filosofia é a ciência do Absoluto, mas, como o Absoluto em seu agir eterno compreende necessariamente, como um só, dois lados, um real e um ideal, a filosofia, considerada do lado da forma, tem necessariamente de dividir-se segundo dois lados, embora sua essência consista justamente em ver ambos os lados como um só no absoluto ato-de-conhecimento.[19]

Assim, segundo Schelling, resulta o conhecimento incondicionado da identidade absoluta um saber que, em função da sua absolutidade, tem de reivindicar para si o caráter de incondicionado. O fundamento do sistema está lançado: conhecimento incondicionado da identidade absoluta. Este é o princípio do sistema, pois o mesmo começa, na *Apresentação*, somente com o § 7:

> a série dos princípios anteriores foi adiantada apenas para demonstrar o caráter incondicionado desse conhecimento. Pois este conhecimento não é, ele mesmo, propriamente demonstrado, precisamente porque é incondicionado.[20]

Esse saber primeiro seria a autoconsciência, que não precisa de explicação porque se conhece por uma intuição direta. A autoconsciência é o ato primeiro, do qual surge o próprio conceito de Eu. Esse saber primeiro seria absolutamente livre, já que é um intuir, e seu objeto não seria algo

---

[17] SCHELLING, F. J. W. *Presentation of my system of philosophy (1801)*. In: *The Philosophical Forum*. vol. XXXII. (2001), p. 349.

[18] Cf. WATSON, J. *Schelling's transcendental idealism – A critical exposition*. Chicago: S. C. Griggs and Company, 1882, p. 100.

[19] SCHELLING, F. J. W. *Exposição da ideia universal da filosofia em geral e da filosofia-da-natureza como parte integrante da primeira*. In: FICHTE, J. G.; SCHELLING, F. J. W. *Escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 220.

[20] SCHELLING, F. J. W. *Presentation of my system of philosophy (1801)*. In: *The Philosophical Forum*. vol. XXXII. (2001), p. 351.

independente dele, senão ele mesmo. O desenvolver até essa identidade se realiza através de uma intuição intelectual. Essa intuição é o saber do Eu sobre si mesmo, que origina o próprio Eu como objeto de si mesmo. Esse Eu Absoluto está fora do tempo, é um eterno devir, um infinito produzir, de forma que tal princípio último funda simultaneamente tanto a filosofia prática quanto a filosofia teórica – pois é prático porque é necessário, e é teórico porque exige uma construção subjetiva. Assim a intuição intelectual assume a função de começo do projeto sistemático da filosofia, como expõe Frank:

> O que visa a intuição intelectual é a simples ideia, a qual carece de realidade objetiva. Seu status é, antes de tudo, nenhum outro que o de um padrão de medida ou fio condutor para a construção que se deve, antes de tudo, executar. A intuição intelectual antecipa o acabamento de um prédio especulativo, mas ela mesma não é ainda este final.[21]

Pois essa intuição não pode, portanto, ser demonstrada, mas apenas reivindicada: o Eu é, ele mesmo, apenas essa intuição; portanto, enquanto princípio da filosofia, o Eu é apenas algo que é postulado.[22]

Considerações Finais

Tanto em Fichte quanto em Schelling, o princípio deve satisfazer os requisitos de unidade, imanência e capacidade de gerar um sistema. Em outras palavras, o diverso deve ser descoberto como uno, no múltiplo deve se evidenciar o uno como fundamento e, ao mesmo tempo, o diverso deve ser derivado desse uno. Tais exigências não poderão ser negligenciadas, pois toda filosofia verdadeira deve possuir a exigência de imediaticidade, ou seja, aquilo com que o começo deve ser feito não pode ser, ele mesmo, nada de mediado, não pode ser derivado de algo de diverso. O mesmo se aplica à exigência de unidade: o começo não pode ser constituído por partes. E, ao mesmo tempo, o começo tem de ser justificado. De outro modo, surgiria a questão sobre de onde vem o conhecimento do começo. E uma propedêutica receberia então significado constitutivo para a filosofia como ciência. Forma e conteúdo da ciência decompor-se-iam. Uma filosofia que se quer efetivamente crítica não pode estar fundada em um mero postulado, assim como um sistema da ciência que se quer certo e válido de modo a *priori*, e mesmo de um saber absoluto (uma reivindicação assumida ao menos nas

---

[21] FRANK, M. "Da Doutrina da Ciência ao Sistema Transcendental". In: IBER, C. STOLZENBERG, J., FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 98-99.

[22] SCHELLING, F. J. W. *Sämmliche Werke – v. 3*, apud FRANK, M. "Da Doutrina da Ciência ao Sistema Transcendental". In: IBER, C. STOLZENBERG, J., FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 98.

obras de Fichte), não pode depender de um princípio dado apenas presumidamente como verdadeiro.[23]

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ASMUTH, C. "Começo e Forma da Filosofia – Reflexões sobre Fichte, Schelling e Hegel". Tradução de Diogo Ferrer. In: *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, n. 13 (1998), p. 55-70.

BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (Orgs.). *Filosofia e método*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FICHTE, J. G.; SCHELLING, F. J. W. *Escritos Filosóficos*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FICHTE, J. G. *O Princípio da Doutrina da Ciência*. In: FICHTE, J. G.; SCHELLING, F. J. W. *Escritos Filosóficos*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

______. *Doutrina da Ciência de 1804*, apud ASMUTH, C. "Começo e Forma da Filosofia – Reflexões sobre Fichte, Schelling e Hegel". Tradução de Diogo Ferrer. In: *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 13 (1998), p. 55-70.

______. *A Doutrina da Ciência de 1794 e outros escritos*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FLEISCHER, M., HENNIGFELD, J. (Orgs.). *Filósofos do Século XIX – Uma introdução*. Tradução de Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. (Coleção História da Filosofia, v. 7).

FRANK, M. "Da Doutrina da Ciência ao Sistema Transcendental". In: IBER, C. STOLZENBERG, J., FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 75-121.

HUME, D. *A Treatise of Human Nature – Being an attempt to introduce the experimental method of reasoning into moral subjects*. In: The Philosophical Works of David Hume – Vol. I. Edinburgh: Adam Black and William Tait and Charles Tait, 1825.

IBER, C. STOLZENBERG, J.; FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Tradução e organização de Kleber Carneiro Amora. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

IBER, C. "O conceito de Eu em Fichte segundo os §§ 1-3 do *Fundamento de toda Doutrina da Ciência* de 1974/95". In: IBER, C. STOLZENBERG, J., FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 21-45.

[23] LUFT, E. "Problemas de método na filosofia de Fichte". In: *Revista Veritas*. Porto Alegre, vol. 47 (2002), p. 230.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. 5ª ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: FCG, 2001

LUFT, E. "Problemas de método na filosofia de Fichte". In: *Revista Veritas*. Porto Alegre, vol. 47 (2002), p. 223-235.

JANKE, W. "Johann Gottlieb Fichte – A determinação do ser humano de acordo com os princípios da ciência racional". In: FLEISCHER, M., HENNIGFELD, J. (Orgs.). *Filósofos do Século XIX – Uma introdução*. Tradução de Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 47-70. (Coleção História da Filosofia, v. 7).

OLIVEIRA, M. A. de. "A retomada da metafísica no idealismo alemão". In: IBER, C. STOLZENBERG, J.; FRANK, M. *A dialética do Eu e Não-Eu em Fichte e Schelling*. Tradução e organização de Kleber Carneiro Amora. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 9-17.

SCHELLING, F. J. W. *Exposição da ideia universal da filosofia em geral e da filosofia-da-natureza como parte integrante da primeira*. In: FICHTE, J. G.; SCHELLING, F. J. W. *Escritos Filosóficos*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

______. *Presentation of my system of philosophy (1801)*. Tradução inglesa de Michael G. Vater. In: *The Philosophical Forum*, v. XXXII, n. 4. (2001), p. 339-371.

VIEIRA, L. "Liberdade, dialética e intuição intelectual". In: BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (Orgs.). *Filosofia e método*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 19-62.

WATSON, J. *Schelling's transcendental idealism – A critical exposition.* Chicago: S. C. Griggs and Company, 1882.